

Leilão de Desestatização CEAL

1 proponente | Deságio 0,0% | Equatorial Energia vence o certame

Foi realizada nesta sexta-feira, 28.12.2018 às 17h00 na B3 (antiga BM&F BOVESPA), a quarta e última etapa do Leilão de Desestatização das distribuidoras da Eletrobras, com a venda bem sucedida da distribuidora CEAL ENERGIA para a Equatorial Energia, mesmo grupo que arrematou a CEPISA no primeiro leilão. Foi a sexta distribuidora leiloada do mesmo edital de desestatização. A primeira de um total de seis distribuidoras foi a do Piauí (CEPISA), arrematada no dia 26.07.2018. Três outras foram vendidas no dia 30.08.2018, sendo a ELETROACRE e a CERON para o grupo Energisa e a BOA VISTA para o consórcio Oliveira-Atem. A AMAZONAS ENERGIA foi vendida no dia 10.12.2018 para o mesmo consórcio Oliveira-Atem.

O preço simbólico de venda de R\$ 50 mil foi resultado de duas avaliações coordenadas pelo BNDES em 2016, em que as distribuidoras apresentavam Valor Presente Líquido (VPL) negativos contemplando as dívidas e as contingências. A ELETROBRAS assumiu parcialmente as dívidas até que o VPL resultante das avaliações se tornasse R\$ 50 mil.

	CEPISA	ELETROACRE	BOA VISTA	CERON	AMAZONAS	CEAL
Municípios	224	22	15	52	62	102
Clientes (Mil)	1.277	266	165	639	998	1.185
Fornecimento jan-set/2018 (GWh)	2.512	733	605	2.184	3.384	2.349
Prejuízo 2012-2017 (R\$ milhões)	1.710	745	902	2.443	12.784	1.315

Equatorial Energia

A Equatorial Energia é uma holding que controla diversas companhias atuantes nos três seguimentos do setor de energia.

Distribuição

No Maranhão, a Cemar é a única distribuidora de energia elétrica no estado com 2,3 milhões de clientes aproximadamente.

No Pará, a Celpa é também a única concessionária de distribuição de energia do estado, com cerca de 2,4 milhões de clientes e no Piauí, a Cepisa possui 1,3 milhões de clientes.

Geração

O grupo possui uma participação de 25% da Geranorte. Esta sociedade possui usinas termelétricas presentes no estado do Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 332 MW.

Transmissão

O grupo pretende também atuar no seguimento de transmissão, pois arrematou um total de 8 projetos em dois leilões de novos empreendimentos com entrada em operação em 2022, nos estados do Pará, Piauí, Bahia e Minas Gerais. Estes investimentos em transmissão somam um total estimado de R\$ 4,6 bilhões e uma RAP total de R\$ 850 milhões.

Metodologia

O leilão organizado pelo BNDES utilizou a metodologia de entrega de envelopes fechados e, no caso de mais de um proponente com oferta de “Índice Combinado de Deságio na Flexibilização Tarifária e Outorga” dentro do intervalo de classificação definido no edital (valor 30,00 no caso da CEAL), o leilão seria decidido em etapa viva-voz.

De acordo com o edital, um índice entre 0 e 100 indica reduções na tarifa cobrada dos consumidores, “abrindo mão” da flexibilização tarifária aprovada pela ANEEL ano passado para equilibrar a concessão das distribuidoras. Acima de 100, inclui, além da redução tarifária, um pagamento de outorga para a União. Não havendo limite superior, venceria a empresa que apresentasse o maior índice.

A flexibilização na tarifa aprovada ano passado foi resultante da elevação nos níveis regulatórios de PMSO (Pessoas, Material, Serviços e Outros), PNT (Perdas Não Técnicas) e reconhecimento dos empréstimos da RGR (Reserva Global de Reversão).

Resultados

Apesar de outras empresas terem estudado a aquisição, a Equatorial Energia foi a única a ofertar proposta no certame, com um índice combinado de deságio de valor 0,00 (zero), portanto, não haverá redução na tarifa dos consumidores alagoanos.

Última das seis distribuidoras da Eletrobras a ser leiloada, a CEAL é considerada a de maior atratividade e havia expectativa pelo mercado de que houvesse competição na disputa, contudo não ocorreu. Entre as razões para a ausência de competição está o comprometimento de possíveis investidores com outros negócios e a piora das condições financeiras da distribuidora desde que a modelagem da venda foi elaborada. Além disso, os investidores ficaram sem acesso a informações da CEAL durante o período em que esteve vigente uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), a qual suspendia a venda da companhia devido a uma disputa entre o governo alagoano e a União. Nesse período, o "data room" (sala virtual de informações) da distribuidora ficou fechado.

Com a aquisição da CEAL, a Equatorial irá assumir R\$ 1,8 bilhão em dívidas, deverá realizar um aporte imediato de aumento de capital social de R\$ 545 milhões e se comprometeu em investir cerca de R\$ 837 milhões nos próximos cinco anos, o que possibilitará maior eficiência com a redução das perdas e melhora da qualidade do serviço prestado.

Adiantamentos

A liminar do STF que impedia o leilão só foi revogada em 30 de novembro. Na decisão, o ministro Ricardo Lewandowski determinou a realização de perícia econômico-financeira para esclarecer questões que considera essenciais para o julgamento da ação em que o estado de

Alagoas pede que a União abata, da dívida pública do estado, o valor que “entende ser devido pela omissão do governo federal em privatizar a companhia ao longo dos últimos 20 anos”.

O leilão foi então inicialmente marcado para 19 de dezembro, mas para atender aos pedidos dos investidores interessados no ativo, foi remarcado para 28 de dezembro.

Encerramento do processo de desestatização das distribuidoras

O processo de desestatização das seis distribuidoras foi considerado um sucesso pelo governo e pela Eletrobras, pois além da venda de ativos deficitários e transferência de dívidas para os adquirentes, a operação possibilitará melhora na qualidade do serviço prestado à população e maior eficiência com a redução das perdas, como consequência principalmente dos investimentos que serão realizados nos próximos anos pelos adquirentes.

A tabela abaixo ilustra o consolidado dos cenários Pré-leilão e Adjudicado do Certame de Desestatização da Eletrobras, em valores absolutos, e o valor obrigatório de aumento de capital social. Os parâmetros fazem parte do cálculo da tarifa, são eles o PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros), PNT (Perdas Não Técnicas) e RGR (Reserva Global de Reversão).

Parâmetros	CEPISA		CERON		BOA VISTA		ELETROACRE		AMAZONAS		CEAL	
	Pré-leilão	Adjudicada	Pré-leilão	Adjudicada	Pré-leilão	Adjudicada	Pré-leilão	Adjudicada	Pré-leilão	Adjudicada	Pré-leilão	Adjudicada
Índice de deságio	119,00		21,00		0,00		31,00		0,00		0,00	
Aumento de Capital (R\$ - Milhões)	720,9		253,8		175,9		238,8		491,4		545,7	
Aquisição de ativos (R\$ - Milhões)					297							
PMSO Regulatório (R\$ - Mil)	452.816	392.007*	292.586	282.699	86.924	86.924	138.912	127.722	624.045	624.045	352.317	322.052*
PNT (% do BT)	25,41%	13,93%*	23,09%	19,99%		**	18,79%	16,46%		**	27,18%	21,95%*
RGR - A receber na Tarifa (R\$ - Mil)	844.292	-	525.316	414.999	303.425	303.425	169.205	116.752	1.639.008	1.639.008	598.959	598.959
RGR - Dívida a pagar (R\$ - Mil)	844.292		525.316		303.425		169.205		1.639.008		598.959	
Bônus Outorga (R\$ - Mil)	95.000		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	

*Conforme Edital, os parâmetros apresentam um deságio inicial, pois por determinação do Decreto n.º 9.192/2017, a flexibilização dos parâmetros regulatórios autorizados pela ANEEL somente devem ser usados no limite para que o valor de avaliação das Distribuidoras seja zero. Na desestatização em tela, apenas para as Distribuidoras CEAL e CEPISA não foi necessário utilizar os valores máximos da flexibilização autorizados pela ANEEL para que os valores de Equity da cada uma fossem iguais a zero.

**A PNT da AMAZONAS ENERGIA e BOA VISTA é regulada por meio da Resolução Homologatória nº 2.184/2016, razão pela qual esse item não foi aplicado no leilão.